

A AULA DE COMÉRCIO EM PORTUGAL

Zildenice de Souza Martins
Universidade Federal do Rio de Janeiro
zildenice.math@gmail.com

Flávia dos Santos Soares
Universidade Federal Fluminense
flasoares.rlk@gmail.com

Resumo:

Esse trabalho é parte da pesquisa de Mestrado que tem como objeto de estudo o ensino comercial no Rio de Janeiro durante o século XIX. Neste texto o objetivo é apresentar alguns resultados preliminares da pesquisa, com a exposição de tópicos sobre o ensino da matemática na Aula de Comércio instituído, a partir de 1759, em Portugal, identificando assim, a origem dessa aula e de sua implantação no Brasil. A metodologia utilizada inclui uma breve análise dos estatutos que regulamentavam a Aula de Comércio em Portugal, assim como do livro *Escritos Econômicos de Londres*, onde constam textos do Marquês de Pombal, com o objetivo de elucidar a evolução social e econômica de Portugal até o século XVIII, para avaliar as motivações que suscitaram na elaboração desse curso no país.

Palavras-chave: Aula de Comércio em Portugal; Marquês de Pombal; História do Ensino da Matemática.

1. Introdução

Grandes acontecimentos históricos ou determinantes mudanças de comportamentos sociais estão geralmente relacionados à tentativa do ser humano suprir suas necessidades individuais ou coletivas. Os recursos naturais, o pensamento coletivo e as ideias de vanguarda muitas vezes colocam em destaque algum tipo de conhecimento ou ideologia num determinado período da história da humanidade. Esse trabalho foi construído através da observação da importância dada aos conteúdos matemáticos, no final do século XVIII, como modo de alavancar o comércio em Portugal.

As ideias iluministas que se propagaram na Europa a partir do século XV, transformaram completamente o cenário social e econômico de muitos países do continente. Enquanto Inglaterra e França desenvolveram indústrias com grande potencial de exportação e métodos de comércio que colocavam os dois países no ápice financeiro continental, o Império Português continuava preso ao ranço do acúmulo de metais

preciosos e da doutrina Católica, cedendo cada vez mais terreno para o crescimento do comércio estrangeiro.

Somente a partir do século XVIII, com a ascensão ao poder de um Déspota Esclarecido em Portugal, a estrutura econômica do Império sofreu drásticas modificações, buscando igualar seu potencial financeiro ao dos países que até então pairavam praticamente sozinhos sobre a economia européia.

Esse trabalho é parte integrante da dissertação em andamento que tem como objetivo analisar o desenvolvimento do Curso de Comércio no Rio de Janeiro do século XIX. Neste trabalho o objetivo é avaliar os primórdios dessa modalidade de ensino, que aconteceu no ano de 1759, em Lisboa. A escolha do tema tem relação direta com a importância do ensino da Matemática no contexto desse curso.

Para melhor compreender as causas da instituição da Aula de Comércio em Portugal, fez-se necessária uma avaliação sócio-econômica do Império entre os séculos XV e XVIII, que está articulada no próximo item desse trabalho. Logo em seguida, analisamos detalhadamente a trajetória do grande articulador desse curso: o Marquês de Pombal, que com considerável força política e ideologia nacionalista, buscou organizar o comércio em Portugal através da escolarização dos membros da sociedade interessados na prática do comércio tanto nacional, quanto internacional.

Nos últimos itens do trabalho, é feita uma explanação sobre a estrutura da Aula de Comércio de Portugal e nesse momento é feita a conexão entre o ensino da Matemática e o contexto social do Império, com o objetivo de constatar que nesse local e período da história da humanidade, a Matemática apareceu como instrumento de ascensão econômica e esteve incluída entre os mais importantes ensinamentos institucionais.

2. Situação Comercial de Portugal no século XVIII

Para melhor compreender os motivadores sociais que impulsionaram a criação da Aula de Comércio em Portugal, faremos uma breve revisão bibliográfica, utilizando como principais fontes Boxer (2002) e Koshiba e Pereira (1996), objetivando delimitar a situação comercial de Portugal do século XVIII.

A expansão ultramarina bem sucedida de Portugal nos séculos XV e XVI garantiu ao império o acúmulo de riquezas e bens de consumo que o mantiveram por alguns séculos com uma boa situação econômica em comparação a outros países europeus. Alguns historiadores indicam como fatores que impulsionaram a navegação no país sua posição

geográfica privilegiada, a tecnologia desenvolvida até o momento, que possibilitava viagens marítimas de longa duração, e a necessidade de buscar rotas alternativas de comércio que os conduziria até as especiarias orientais, uma vez que o fechamento do comércio no Mediterrâneo pelos turcos tornou as rotas terrestres cada vez mais perigosas (BOXER, 2002).

Conforme Koshiha e Pereira (1996) acrescentam-se também aos itens citados a confiança no poderio militar despertada após as inúmeras vitórias que ampliaram o território português, além de um século inteiro (a saber, o século XV) praticamente sem guerras civis, diferente do que acontecia em outras partes da Europa.

Até 1460 o Império Ultramarino Português já incluía Ceuta, um entreposto comercial situado no norte da África (Marrocos), a ilha da Madeira, os Açores, o cabo Bojador e a Guiné (rio Douro). Deste modo, Portugal tinha acesso exclusivo ao ouro e a escravos na costa atlântica africana, desde o Senegal até Serra Leoa. Finalmente, a partir de 1500 o Brasil veio integrar as aquisições territoriais de Portugal, ampliando a variedade de produtos comercializados pela nação.

Apesar de toda a riqueza acumulada durante três séculos, fatores internos fizeram com que o Império Português perdesse sua importância na Europa do século XVIII. A forte influência da Igreja Católica conseguiu impedir que as ideias iluministas encontrassem espaço favorável para se desenvolver no império o que, de certo modo, provocou um atraso na industrialização do país.

A situação comercial do Império era bem mais delicada. Ainda no século XVI a nobreza e o clero unidos desmontaram a elite comercial após a perseguição contra os cristãos-novos, que eram os judeus expulsos da Espanha e convertidos ao catolicismo, para poderem se estabelecer em Portugal. O que poderia ser uma força de manutenção da riqueza no país, abriu brechas para que comerciantes estrangeiros, principalmente ingleses, ali se estabelecessem e usufruíssem de seus benefícios.

Somente a partir da ascensão ao trono do rei D. José I, em 1750 e da nomeação do Marquês de Pombal como primeiro ministro, em 1756, as mudanças com relação ao comércio e à indústria do império começam a ser elaboradas.

3. O Marquês de Pombal

Neste momento do trabalho torna-se necessário analisarmos a trajetória política de um membro da sociedade portuguesa que foi primordial para a reestruturação do comércio em Portugal, no século XVIII. Trata-se do Marquês de Pombal que, em vinte e dois anos de atuação como primeiro ministro, realizou profundas modificações sociais no Império.

As principais fontes utilizadas para construir um discurso sobre a atuação do Marquês de Pombal em Portugal foram Boxer (2002) e Rodrigues e Craig (2010). Além dessas duas fontes, também é utilizado o livro *Escritos Econômicos de Londres*, organizado pela Biblioteca Nacional de Portugal em 1986 e onde constam textos do próprio Pombal.

Muitos autores atribuem a evolução industrial e comercial de Portugal desse século à força política demonstrada pelo Marquês de Pombal. Entre seus feitos podemos destacar a abolição da escravidão em Portugal, no ano de 1761, assim como a punição à discriminação racial. Também a igualdade de direitos para os cristãos-novos, a reforma do curriculum da Universidade de Coimbra, a implantação da Aula de Comércio para a classe média e a revitalização do comércio no Império Ultramarino. Dentro de sua forte atuação política nos interessam os motivos que o fizeram despertar para a necessidade de fortalecer o comércio de Portugal. Sendo assim, passemos a verificar o que é de interesse para nosso trabalho na trajetória do Marquês de Pombal.

Sebastião José de Carvalho e Mello, mais conhecido como Marquês de Pombal, nasceu em 1699 em meio à nobreza rural portuguesa e cursou direito na Universidade de Coimbra, sendo o título supracitado oferecido a ele no ano de 1770. Seu nome ficou marcado na história do Império Português não apenas pelas reformas políticas orquestradas por ele, mas também pelo modo enérgico como seu poder foi exercido. Sendo o interesse desse trabalho vinculado ao ensino, serão considerados apenas alguns aspectos desse governo, objetivando contextualizar a elaboração da Aula de Comércio em 1750.

Em 1738 o Marquês de Pombal foi nomeado Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Guerra, por D. João V, então Rei de Portugal. Nesse mesmo ano, atuou como enviado extraordinário à Corte de Jorge II, em Londres, onde confrontou uma perturbadora realidade: os comerciantes portugueses eram discriminados e marginalizados a Inglaterra, enquanto na outra ponta do Tratado de Methuen¹, vários privilégios eram

¹ Tratado assinado entre Inglaterra e Portugal em 27 de Dezembro de 1703, pelo qual Portugal era obrigado a abrir o seu mercado à importação de lã inglesa, enquanto, com contrapartida, a Inglaterra deveria facilitar a exportação dos vinhos Portugueses para o país.

concedidos aos comerciantes ingleses que optassem por estabelecer seus centros comerciais em Portugal.

O rei de Portugal começou a questionar a aliança com a Inglaterra quando seus inúmeros pedidos de ajuda militar para a manutenção da Colônia de Sacramento, contra a ameaça de invasão da Espanha foram negligenciados. Assim, também percebeu o Marquês de Pombal que muito a Inglaterra pedia em troca do pouco que oferecia como aliada de Portugal.

A sensação de unilateralidade no cumprimento do Tratado foi corroborada pelo duque de Newcastle, secretário de Estado para Assuntos Estrangeiros, quando este negou o pedido de isenção de impostos e imunidades fiscais, alegando que,

sendo dom João V um monarca absoluto, estava preso à letra dos tratados anglo-portugueses, enquanto o rei Jorge II, sendo um monarca constitucional, podia ser obrigado pelo parlamento a modificar os pormenores da sua aplicação. (BOXER, 2002, p. 192)

Nos anos que se seguiram, o Marquês de Pombal continuou a observar as infrações contra o tratado cometidas pela Inglaterra, mas a oportunidade de relatar o que havia constatado só apareceu em 15 de Outubro de 1740, quando o Secretário de Estado de Portugal solicitou, por meio de um ofício, que este enviasse por escrito uma análise detalhada do comércio luso-inglês. Para atender a essa solicitação, ele compôs o livro “Relação dos Gravames”, enviado em 1741 para Portugal.

Em trecho do livro ele fala sobre o desequilíbrio no qual se encontrava a balança comercial entre Portugal e Inglaterra, registrando suas observações sobre a manipulação dos comerciantes ingleses para desobedecer ao tratado em detrimento do comércio português:

Examinando o presente estado do comercio entre as duas nações por huma rigorosa analysis dos tratados recíprocos e da observância com que elles hoje se praticão em ambos os domínios, achei que Portugal sustem todo o pezo das convenções emquanto estas são onerosas e que Inglaterra, com pouco ou nenhum encargo, recolhe dellas todo o proveito, praticandoas somente na parte em que lhe são uteis.

O aperto das conjunturas em que se fizerão os tratados he certo que não permitia que nelles fosse igual o nosso partido. [...] sempre contudo foi a sua stipulação fundada sobre o pé de hum comercio com liberdade reciproca. Esta foi a que não permitio a ambição dos mercadores ingleses que [...] idearam actos que fizerão passar pello Parlamento com títulos diversos e paliados para disfarçarem a nossa jactura a que se ordenavão, inventaram fraudes e subterfugios para infringirem sem razão ou ley as convenções antigas. (MELLO, 1986, p. 34)²

² Mantivemos a escrita original.

Apesar da insatisfação demonstrada com a atitude inglesa em relação ao tratado comercial mantido com Portugal, o Marquês de Pombal defendeu a manutenção da aliança com a Inglaterra, em detrimento da aproximação com a França, como o Rei D. João V chegou a cogitar, pois o Império era dependente do poderio militar inglês e uma aliança com a França era incompatível com o Tratado já existente. Ele levou ao conhecimento do rei as manobras dos comerciantes ingleses para aumentar os lucros sobre o comércio de Portugal.

No livro acima citado, assim como em cartas de ofício enviadas ao Secretário de Estado nos anos de 1741 e 1742, o Marquês de Pombal dissertou sobre suas observações feitas em relação à situação econômica de outras nações, entre as quais se encontram Inglaterra e França, destacando os motivos pelos quais alguns desses países pareciam em melhor posição financeira do que Portugal. Alguns desses motivos serão aqui explanados, pois aparentemente impulsionaram a organização do comércio em Portugal, orquestrada por Pombal, quando Primeiro Ministro, no reinado de D. José.

Em suas exposições constava a observação de que duas vantagens financeiras na relação de compra e venda era vender mais caro do que se compra e comprar produtos brutos para manufaturar no país. Com relação à primeira questão, Pombal sugeria o monopólio do comércio com as colônias de Portugal.

A questão da industrialização subdesenvolvida de Portugal esbarra em problemas internos e externos ao governo de D. João V. Temos a forte influência da Igreja Católica, que boicotou a troca de ideias entre o Império e os demais países, a guerra dos sete anos e um terremoto que devastou a capital. Enquanto o país lutava para reconstruir sua capital e sobreviver à crise na produção do ouro desde 1760 e à diminuição nas exportações para a Inglaterra, as manufaturas ali existentes perseveravam quase que sem o apoio ou a intervenção do governo.

Tabela 1 – Relação Comercial entre Portugal e Inglaterra – 1746 a 1760

Quinquênio	Exportações Inglesas para Portugal	Importações Inglesas de Portugal	Excedente das Exportações
1746-50	1114	324	790
1751-55	1098	272	826
1756-60	1301	257	1044

Fonte: Boxer (2002, p. 194)

A tabela 1 mostra a relação comercial entre Portugal e Inglaterra entre os anos de 1746 e 1760. Pode-se notar a diminuição das importações inglesas ao longo dos anos e o aumento no excedente das exportações do país, o que caracteriza a vantagem financeira que a Inglaterra estava recebendo com a manutenção do tratado comercial com Portugal.

O Marquês de Pombal julgava imperativo cuidar do comércio e das indústrias do país. Além disso, constatou que a observação entre as nações, através de seus enviados especiais, e a utilização dos conhecimentos desenvolvidos em outros países ajudava a incrementar as técnicas de negociação e manufatura. Portugal estava muito isolado no quesito de troca de ideias.

4. O Marquês de Pombal e o Comércio em Portugal

Nos anos que permaneceu em Londres como enviado extraordinário da Corte de Portugal, o Marquês de Pombal registrou sua preocupação em relação à estrutura comercial que o Império mantinha. Logo em um dos primeiros trechos do livro “Relação dos Gravames”, ele reforça a necessidade de atenção nas relações comerciais mantidas pelo país:

Não há couza que seja de mayor importancia para qualquer nação do que hum bem regulado comercio. O trafico de fora pode ser ou bem fonte de que estejam sempre manando forças e riquezas, ou golfo e abismo que vá issaciavelmente absorvendo todo o poder e substancia de hum Estado. (MELLO, 1986, p. 33).

Com a morte de D. João V, seu filho D. José assumiu o trono em 1750 e nomeou o Marquês de Pombal como seu Primeiro Ministro. Deu-se início ao que Boxer (2002) chama de Ditadura Pombalina, que se estendeu até 1777 e teve como principal característica a adoção das ideias iluministas sem, no entanto, abrir mão da monarquia absolutista – modelo de governo conhecido como despotismo esclarecido.

Pombal estava totalmente convencido de que o único modo de equiparar Portugal com outras nações mais desenvolvidas economicamente seria por meio do aperfeiçoamento do comércio no país. Para tanto ele achava necessário qualificar os comerciantes portugueses, no que ele considerava “a arte do comércio”, construir imponentes casas comerciais para substituir aquelas que se encontravam em poder de comerciantes estrangeiros e atrair a burguesia portuguesa à prática do comércio, tornando este uma atividade profissional considerada nobre.

Pombal investiu grande esforço para alavancar o comércio português. Ele dissolveu a Câmara de Comércio de Lisboa e criou a Junta do Comércio, por Decreto Real de 30 de

Setembro de 1755. A Junta do Comércio era regulamentada pelos estatutos de 12 de Dezembro de 1756, aprovados pelo Alvará de 16 de Dezembro de 1756. Esses estatutos definiam a nomeação dos membros da Junta, além de dias e locais para reuniões semanais.

Desde a sua criação, qualquer pessoa que quisesse praticar o comércio deveria entrar para a Junta, o que causou certa revolta entre os comerciantes mais pobres, que se julgavam lesados financeiramente. Além da Junta de Comércio, Pombal criou duas companhias com proteção real para monopolizar o comércio na região amazônica e mais uma no Douro, para competir com o vinho inglês e estabeleceu “um donativo de quatro por cento sobre o direito de importações” (GONÇALVES, 2010) para patrocinar as ações da Junta do Comércio, fortalecer as indústrias já existentes, assim como favorecer a formação de outras novas e, futuramente, financiar a Aula de Comércio do País. Também, e aqui entra a parte que mais nos interessa: a instituição da Aula de Comércio em Lisboa, no ano de 1759.

Essas mudanças, conduzidas pela política reformista e ilustrada do Marquês de Pombal, foram fundamentais para integrar mercadores e negociantes ao seio da sociedade setecentista e retirou deles a mácula de pertencer a extratos sociais inferiores, marcados pelo *defeito* dos ofícios mecânicos. Tratava-se de definir novos vocábulos sociais que, ao mesmo tempo em que colocava mercadores e negociantes em escalas sociais distintas, dignificava, através de uma nova racionalidade, a atividade e o papel social de ambos. (CHAVES, 2006, p. 4325)

5. A Aula de Comércio em Portugal

A preocupação em regulamentar o comércio do Império Português através de um curso que ajudasse na formação de cidadãos preparados para lidar com as atividades comerciais, tanto internas quanto externas, foi demonstrada pelo Marquês de Pombal no Estatuto da Junta do Comércio. O seguinte trecho, que corrobora com essa afirmação, foi retirado do Capítulo XVI do referido Estatuto.

Porque a falta de arrecadação de livros, redução de dinheiros, de medidas, e de pezos, intelligencia de câmbios, e das mais partes, que constituem hum prefeito Negociante, tem sido de grande prejuizo ao commercio destes Reinos, se deve estabelecer por esta Junta, huma Aula, em que, pelo rendimento das sobreditas contribuições, se faça presidir hum, ou dois Mestres, dos mais peritos, que se conhecerem, determinando-lhes ordenados competentes, e as obrigações, que são proprias de tão importante emprego. (POMBAL, 1982, p. 129)

Pombal demonstrou em muitos de seus escritos que a ineficiência do comércio português estava diretamente relacionada à falta de instrução sistemática direcionada aos

comerciantes que atuavam no Império. Como modo de solucionar o impasse em que se encontrava o desenvolvimento do comércio português, o Marquês de Pombal instituiu a Aula de Comércio em Lisboa, no ano de 1759. O curso foi regulamentado no capítulo dezesseis dos estatutos da Junta do Comércio, de 19 de Abril de 1759, aprovados pelo Alvará de mesma data.

Os Estatutos da Aula de Comércio, incluídos no Capítulo XVI dos Estatutos da Junta de Comércio definiam detalhadamente como deveria proceder à organização do curso, desde sua duração até os conteúdos a serem ensinados.

As primeiras páginas do Estatuto foram dedicadas à contratação dos professores encarregados de ministrar o curso e aos alunos que dele fariam parte. Foi estipulada a contratação de um ou dois docentes, que pudessem dedicar à devida atenção da qual dependia o bom andamento do curso. O suprimento financeiro seria de responsabilidade da Junta de Comércio.

Os principais requisitos para o aluno ter o direito de ingressar no curso eram ter no mínimo quatorze anos, saber ler, escrever e contar, habilidades estas comprovadas pelo professor por meio de uma prova. O professor indicado para lecionar, era também o responsável por considerar os candidatos aptos ou não a frequentar as aulas. Não havia, porém equidade no método de escolha, pois o próprio Estatuto previa a preferência a comerciantes e seus descendentes.

Nota-se que não há uma explicação sobre a posição da Aula de Comércio dentro da estrutura escolar existente, que era composta por três diferentes níveis de ensino, a saber: o ensino primário, onde os alunos aprendiam a ler, escrever e contar, o ensino secundário e o ensino superior. Além disso, em momento algum o Estatuto exige comprovante de escolaridade para que o aluno ingresse no curso, o que também não garante a necessidade da conclusão do ensino primário para se submeter a uma vaga do curso, o que também não confirma a paridade da Aula de Comércio com o ensino secundário, sabendo-se apenas que um aluno formado por esse curso estava devidamente preparado para atuar no comércio.

Conforme CHAVES (2005), apesar de já existirem cursos destinados à formação de comerciantes em outros países europeus desde o século XVII, a Aula de Comércio de Portugal é considerada por alguns historiadores como o primeiro curso técnico profissionalizante na Europa. Isso se deve à estrutura que nele foi implantada e que não se limitou apenas à exportação de modelos e métodos já existentes.

As turmas eram constituídas de vinte alunos que recebiam ajuda financeira da Junta e mais trinta vagas possíveis, sem ajuda financeira, não ultrapassando o limite máximo de cinquenta alunos por lente.

Após a caracterização dos sujeitos envolvidos no processo do curso (alunos e professores), ficou estabelecida a duração do curso e até mesmo o horário em que as aulas deveriam ser ministradas. Em conformidade com o estatuto, o curso teria a duração de três anos, não sendo aberta outra turma em concomitância, e as aulas ministradas de oito horas da manhã ao meio dia, no Inverno, e de sete às onze horas da manhã no Verão. Após cada ano de estudo, os alunos prestariam novos exames para uma banca organizada pela Junta de Comércio, com o objetivo de indicar a aptidão em prosseguir o curso ou a necessidade de refazer o ano no qual não obteve aproveitamento satisfatório.

Depois de devidamente estruturada a ordem de funcionamento da Aula de Comércio, os Estatutos discriminaram os conteúdos a serem ensinados.

Nessa parte da pesquisa tornou-se mais evidente sua contribuição para a História do Ensino da Matemática, pois, a análise dos conteúdos ensinados na Aula de Comércio em Portugal nos ajudou a perceber a concepção do ensino da Matemática como instrumento de evolução social e econômica de uma nação. Esse conceito apareceu de modo bem claro no trecho retirado dos Estatutos e abaixo citado, sobre o ensino da aritmética.

A arithmetica, como fundamento, e principio de todo, e qualquer commercio, deve ser a primeira parte da lição da Aula, ensinando-se aos seus Paticantes, sobre o methodo commum, e ordinario das quatro principais especies, os motivos, e diversos modos, com que mais facil, e promptamente se achaõ hoje as sommas, se fazem as diminuições, e mutiplicações, se abbrevia a repartição, e se deve passar ao ensino da conta de quebrados, regra de tres, e todas as outras, que são indispensaveis a hum Commerciante, ou Guarda livros completo [...]. (POMBAL, 1982, p. 200)

A declaração de Pombal evidenciou a importância dada ao ensino da Matemática para o desenvolvimento do comércio de Portugal e estabeleceu que a Aula de Comércio devesse ser iniciada com o ensino da Aritmética, começando com as quatro operações fundamentais com números naturais, depois passando para operações com frações, regra de três. Após a Aritmética, o ensino do curso seguiria para Pesos, Medidas e Moedas de diferentes países. Noções de Câmbio, Apólices de Seguro, Contabilidade por Partida Dobrada e Organização dos Livros de Comércio.

Há fortes indícios de que os livros utilizados para a prática da Matemática tenham sido os de Étienne Bezout (1730 – 1783), em vista de sabermos que o mesmo autor foi usado no Curso de Comércio do Brasil.

Assim como redigido nos Estatutos, foi o curso executado, tendo início no dia primeiro de Setembro de 1759, sob a supervisão do Professor João Henrique de Souza, nomeado pelo Marquês de Pombal por Decreto de primeiro de Fevereiro de 1757. Ele foi escolhido por causa de seus conhecimentos e experiência internacional, além de ser um comerciante bem sucedido. Concluiu suas atividades na Aula de Comércio no ano de 1762, deixando em seu legado dois livros: *A Arte da Escritura Dobrada Que Ditou na Aula do Commercio João Henrique de Souza E Copeada Para Instrução de Joze Feliz Venanzio Coutinho No Anno de 1765*, que tratava de Contabilidade, Aritmética e Geometria, e *Discurso Político Sobre o Juro do Dinheiro*, defendendo a prática da cobrança de juros sobre os empréstimos, como uma prática legítima. Em 1766 recebeu o título de Cavaleiro da Ordem de Cristo, título que atesta a nobreza, concedido a pessoas que tenham prestado grande serviço a Portugal.

O sucessor de João de Souza era também tão competente quanto este. Albert Jaquéri de Sales lecionou de 1762 a 1784 e sua maior contribuição para a Aula de Comercio de Portugal foi a tradução do livro *Dictionnaire Universel de Commerce*, de Jacques Savary dês Brûlons. O modo como o livro era estruturado, apresentando os termos ligados à prática comercial por ordem alfabética, considerado por muitos professores um modo prático de memorizar os termos. Sales não apenas traduziu o livro, mas acrescentou exemplos relacionados com a prática do comércio português.

Ao término dos três anos de Curso e com o devido aproveitamento nos exames anuais, o aluno recebia um diploma que o possibilitava trabalhar em casa de comércio, fazer parte da Junta de Comércio ou até mesmo abrir seu próprio negócio. Entre os anos de 1759 e 1784, enquanto o curso permanecia sobre a responsabilidade dos lentes acima citados, formaram-se cerca de 600 alunos, muitos dos quais constituíram figuras influentes no comércio e na política.

6. Resultados Parciais da Pesquisa

A conclusão que se apresentou para nós após a investigação dedicada a esse trabalho é que os contextos sociais, econômicos e culturais influem na evolução de determinados pensamentos ao longo da história da humanidade. Em particular, o século

XVIII foi muito fecundo para a difusão da Matemática em Portugal. O ensino dessa disciplina englobava apenas conteúdos básicos, como as quatro operações com números naturais e frações, mas era considerado um instrumento de ascensão financeiro do país, através da capacitação de cidadãos para lidar com o comércio nacional.

Algumas das medidas adotadas em Portugal foram estendidas para o Brasil, enquanto este se encontrava sob domínio português. A sequência da pesquisa que será realizada para a dissertação de Mestrado pretende analisar a implementação da Aula de Comércio no Brasil e investigar suas ligações com sua congênere de Portugal.

7. Agradecimentos

Queremos agradecer ao Professor João Bosco Pitombeira de Carvalho pelo auxílio na revisão do trabalho e pelas valorosas orientações que ajudaram a engrandecer nosso empreendimento e também ao Professor Ricardo Passo Lima pela sugestão e disponibilização de parte valiosa da bibliografia utilizada para a estruturação dessa pesquisa.

8. Referências

BOXER, Charles. Trad. Anna Olga de Barros Barreto. *O Império marítimo Português 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CARVALHO, João Bosco Pitombeira de; DASSIE, Bruno Alves. *The History of Mathematics Education in Brazil*. ZDM – The International Journal on Mathematics Education, Karlsruhe, v.44, n.4, p. 499-511, 2012.

CHAVES, Cláudia. Arte Dos Negócios: Saberes, práticas e costumes mercantis no Império Luso-brasileiro. *America Latina en la Historia Económica*, v.1, n.31, p. 169-193, 2009. Disponível em: < <http://www.scielo.org.mx/pdf/alhe/n31/n31a6.pdf>> Acesso em 12 Mar. 2013.

CHAVES, Cláudia. As Aulas de Comércio no Império Luso-brasileiro: o ensino prático profissionalizante. In: Andréa Doré; Antonio Cesar de Almeida Santos. (Org.). *Temas Setecentistas: Governos e Populações no Império Português*. Temas Setecentistas: Governos e Populações no Império Português. Curitiba: UFPR/Fundação Araucária, 2008, p. 267-276. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/As-aulas-de-comercio-no-Império-luso-brasileiro-Cláudia-Maria-das-Graça-Chaves.pdf>>. Acesso em 12 Mar. 2013.

CHAVES, Cláudia. *Métodos e Práticas do ensino mercantil profissionalizante no império Luso-brasileiro (1788-1822)*. In: Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, VI, 2006, Uberlândia. *Anais...*, 2006. p. 4324-4334. Disponível em <<http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/392ClaudiaMariaChaves.pdf>>. Acesso em 12 Mar. 2013.

GONÇALVES, Miguel (2010). *Genealogia de uma Escola de Contabilidade – Origens da Aula de Comércio Lisboa (1759)*. Comunicação apresentada no XIV Encuentro AECA 2010 Innovación y Responsabilidad: desafios y soluciones, Coimbra-Portugal, 23-24 Septiembre. Disponível em <http://personales.ya.com/aeca/pub/on_line/comunicaciones_xivencuentroaeca/cd/64e.pdf>. Acesso em 7 Fev. 2013.

KOSHIBA, Luiz; PEREIRA, Denise Manzi Frayse. *História do Brasil*. – 7. ed. São Paulo: Atual, 1996.

MELLO, Sebastião José de Carvalho e. *Escritos Economicos de Londres*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1986.

POMBAL, Sebastião José de Carvalho e Mello, Marquês de, 1699-1782. *Aula de Commercio. Transcrição e reprodução fac-similar de documentos do Arquivo do Cosme Velho, anot. e coment. Por Marcos Carneiro de Mendonça*. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1982.

RODRIGUES, Lúcia Lima; CRAIG, Russell. *Os Dois Primeiros Professores da Aula do Comércio e a Ideologia do Estado*. TOC, Lisboa, ano XI, nº 126, p. 44-55, set. 2010. Disponível em <<http://pt.calameo.com/read/000324981e7efcae4d091>>. Acesso em 12 set. 2012.